



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Ata da Reunião 1ª (1ª Ordinária)
para Implantação da Comissão
Intergestores Regional do Rio
Purus – CIR/PURUS/AM.

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DO RIO PURUS – CIR/PURUS/AM.

(12.04.2013 - 14h00min)

1 **ABERTURA** – Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às quatorze
2 horas no Diamond Convention Center Eventos, Avenida do Turismo, 1405. Realizou-
3 se a 1ª Reunião (1ª Ordinária) da Comissão Intergestores Regional do Purus. A
4 Secretária Executiva Adjunta de Atenção ao Interior, Maria Adriana Moreira, iniciou a
5 reunião, cumprimentando os presentes e parabenizou a iniciativa do grupo. A
6 mesma fala do decreto 7508 de junho de 2011, que regulamenta a Lei 8080 e a
7 estrutura organizativa do SUS (Sistema Único de Saúde), o planejamento de saúde,
8 assistência à saúde e articulação Interfederativa dentre outros aspectos que visam à
9 melhoria. É importante que vocês não deixem essa comissão temperamente
10 cartorial, que venha documento para criar Equipe Saúde da Família, Equipe Saúde
11 Bucal, a região de saúde se define como estado geográfico continua, mas no caso
12 do Amazonas, nem sempre é dessa forma, por exemplo, São Gabriel da cachoeira
13 não é um espaço geográfico continuo, então foi colocado aqui pesando lá dos
14 municípios de Brasília que não são semelhantes à Amazônia Legal. Constituído por
15 agrupamento de Municípios que limitam- se a partir de identidades culturais,
16 econômicas, sociais e de redes de comunicações, que também nem sempre é o que
17 acontece, mesmo estando do lado do município não tem como se comunicar, e
18 infraestrutura de transporte compartilhado com a finalidade de integrar a
19 organização, planejamento e execução de ações de serviços de saúde, temos que
20 mostrar para quem esta fazendo as leis e as portarias, que a nossa realidade é
21 diferente e isso só vai acontecer quando a gente se organizar por região, fica mais
22 fácil de ser ouvido a nível da tripartite, de acordo com o art.4º , as regiões de saúde
23 serão constituída pelo Estado, em articulação com o Município respeitáveis as
24 diretrizes gerais pactuada na comissão Intergestores Bipartite e tripartite, na





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

25 comissão Intergestores tripartite temos representante da região norte, então as
26 decisões da Bipartite, metade a indicação é do COSEMS, e a regional é
27 naturalmente cada um dos Municípios, e no COSMS que se discute e leva para
28 tripartite, e então e discutida a portaria discutem também com o Município, a
29 participação de vocês no COSEMS é muito importante , e os quesitos necessários
30 para se instituir uma região de saúde de acordo com o art.5º do decreto atenção
31 primaria, se a gente não conseguiu organizar a atenção primaria, jamais teremos
32 recursos para os hospitais, primeiro que o recurso é pouco, não é o que realmente
33 os hospitais precisam, recursos humanos também são poucos, a urgência e
34 emergência não é responsabilidade só dos Municípios é também do Estado, a
35 atenção psicossocial, atenção ambulatorial especializada, é responsabilidade do
36 Estado, e vigilância em saúde também , sobre vigilância e saúde vocês precisam
37 trabalhar ela integrada com a atenção primaria porque dessa forma a gente
38 consegue otimizar mais recursos. Das responsabilidades da comissão Intergestores,
39 pactuara aspecto operacional, financeiro, administrativo da gestão compartilhada do
40 SUS, de acordo com a definição da politica de saúde dos entes federativos
41 consubstanciadas nos seus planos de saúde aprovado pelo conselho de saúde.
42 Vocês precisam ter a programação anual, quem não fez tem que fazer, o
43 planejamento é importante para você sabe o recurso que você recebe e quanto tem
44 que gastar de forma planejada inúmeras prioridades, mas não vão conseguir priorizar
45 e comprar tudo de uma vez, da prioridade que vocês estabeleceram a programação
46 anual, vocês vão ter que priorizar mês a mês, e fazer relatório de gestão, e a partir
47 desse ano a programação será obrigatória, e o Ministério Saúde a parti desse ano
48 esta cobrando, assim como cobra o Relatório de Gestão e o plano Municipal, e
49 agora eles estão cobrando a Programação Anual também, porque eles pedem
50 informação e quem manda é a Comissão Intergestores Bipartite (CIB/AM) tem como
51 Secretaria Executiva Sandra Melo, ela passa informação para o Ministério e o
52 Ministério alimenta o TCU dessas informações, no TCU, eles vão começar a mapear
53 os Municípios, os que não têm os instrumentos de planejamento para futuras
54 auditorias daquele Município, é melhor a gente se organizar e do segundo e terceiro
55 que vier vocês estarão mais tranquilo, pesam apoio para o DEPLAN pode orientar





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

56 porque ele tem um modelo atualizado, e esse ano é o ano de se constituir o Plano
57 Municipal e vocês vão finalizar e aprovar na conferencia municipal de saúde, que é
58 de quatro a quatro anos, eu sugiro que vocês façam esse planejamento participativo,
59 fazer a partir das comunidades rurais, vocês dividem por região formam equipe junto
60 com o conselho façam uma programação e quando vocês voltarem para o município
61 fazer o calendário e vocês consolidam no segundo semestre na conferencia
62 Municipal tudo já tem que esta consolidado para apresentar. Dizendo que foi feito
63 junto com o conselho de saúde, porque eles participando fica mais fácil aprovar.
64 Diretrizes gerais sobre Região de Saúde integração de limites Geográficos
65 referentes conta referencia e demais aspectos vinculados às ações, essas regiões
66 fazem limites com outros estados também, por isso vocês precisam manter contato
67 com o Estado e como deverá fazer esta pactuação, diretrizes de âmbito Nacional
68 Estadual Regional Interestadual a respeito da organização das redes de atenção a
69 saúde, responsabilidade dos entes federativos das redes de atenção à saúde de seu
70 porte demográfico e seu desenvolvimento econômico financeiro, referentes das
71 regiões? Interestaduais que é o caso de vocês de atenção à saúde para
72 atendimento da integralidade da assistência acho que esse é o ano que temos que
73 conversar mesmo com os Estados. A membro **Maria Adriana Moreira** como fazer
74 para induzir esse processo? A membro **Radija Mary Costa de Melo** responde que,
75 a Programação Pactuada e Integrada (PPI), distribui o recurso que é transferido
76 federal, é o recurso que vai cobrir as ações de saúde, nós estamos de novo
77 retomando o processo de organização da PPI atualização e nessa PPI já precisa
78 definir os seis município do Estado do Amazonas são fronteiras com outros os
79 municípios que mandam lá da regional madeira, Lábrea Pauini e Boca do Acre
80 enviam para Porto Velho, e aqui Acre, então esses municípios independentes do
81 Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), já temos que ter a
82 definição, vamos continuar referenciando para esses Estados. Então vamos ter que
83 formalizar os termos de encaminhamento, fazer o levantamento quantitativo de quais
84 são os procedimentos que são encaminhados para outro Estado. A membro **Maria**
85 **Adriana Moreira** é bom que todos anotem porque na próxima reunião já terem essa
86 informação quando vierem em Manaus já terem essa informação. A membro **Radija**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

87 **Mary Costa de Melo** criar a tabela de procedimentos do SUS (Sistema Único de
88 Saúde) quais os códigos de procedimentos que mais enviam na parte laboratorial, e
89 na parte hospitalar que tipo de demanda que são feitas para o outro Estado
90 quantificando mais ou menos. Fica um pouco difícil porque nem tudo passa pela
91 Secretaria às vezes as pessoas vão informalmente. A membro **Maria Adriana**
92 **Moreira** essa informação somente teremos quando for pactuar com os outros
93 Estados com certeza terão esta informação. (**Alquem fala**) hoje enfrentamos
94 algumas dificuldades em Porto Velho por exemplo, teve um acidente uma criança
95 para se conseguir um atendimento rápido dando o endereço de onde estar porque
96 caso contrario eles não vão buscar. (**Alquem fala**) Para facilitar o atendimento, os
97 municípios trabalham como podem, por isso a importância de Regionalização e o
98 fortalecimento da Regional das CIRs, em alguns casos os médicos falaram não ser
99 de lá, mas não se nega A membro **Maria Adriana Moreira** esta informação
100 podemos esta formalizando. A membro **Radija Mary Costa de Melo** tem que ser
101 discutido pela SEA Assistência e Regulação, porque terá que ser trabalhado um
102 processo regulado não basta pactuar e não ter nenhum procedimento ou garantia no
103 Estado que você será atendido. Fazer pactuação inter CIBs, não sendo a CIR para
104 pactuação devido se tratar de dois Estados diferentes por, mas que a CIR possa dar
105 inicio. Teremos que tirar os recursos do Estado que irá ser abatido do teto que o
106 Ministério da Saúde transfere direto o estado e o município que irá ser atendido.
107 Exemplos se receber R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) teve uma
108 avaliação que o impacto de referencia vai dar em torno de R\$ 100.000,00 (cem mil
109 reais) por mês será descontado do Fundo Nacional do Amazonas que será creditado
110 pelo Fundo Estadual do Acre. (**Alquem fala**) na CIR do Purus teremos varias
111 instruções para as melhorias da qualidade, Boca do Acre por exemplo tem muita
112 demanda para Rio Branco feito uma Unidades de Pronto Atendimento (UPA). A
113 membro **Radija Mary Costa de Melo** temos que pegar o processo de volta se deixar
114 de referenciar terá uma nova pactuação da CIR. (**Alquem fala**) tinha como
115 convencer a população de Pauini para ir em Boca do Acre. A membro **Maria**
116 **Adriana Moreira** tem alguns serviços que o importante aqui na regional que
117 precisaram emparelhar o polo, tanto Boca do Acre, Lábrea também é polo, não



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

118 iremos conseguir colocar a média e alta em 100% nos municípios então, alguns
119 serviços serão para o Acre e Rondônia. Nesses casos precisamos pactuar. (**Alquem**
120 **fala**) quando vamos para o Acre porque não temos outra alternativa e não tem
121 como fretar um avião de Rio Branco sendo mais de 1 hora de viagem. A membro
122 **Maria Adriana Moreira** vocês encaminham para o Acre? A membro **Radija Mary**
123 **Costa de Melo** essa logística toda será discutida. (**Alquem fala**) temos uma
124 questão de quase 400 (quatrocentos) com hepatite B mais de 100 (cem)
125 acompanham Rio Branco, tem o sofrimento de barco e os custos. Conversando com
126 o Secretario de Pauini, Boca do Acre já conversaram também sendo encaminhado
127 uma formula atendimento em Boca do Acre em parceria no Acre de alguns exames
128 que não temos, sendo para nós mais importante que ambulância. A membro **Maria**
129 **Adriana Moreira** pergunta se já encaminhou o que precisa. (**Alquem fala**) já. O Dr.
130 Wilson Duarte Alecrim pediu para a Dra. Graça Alecrim. Os membros **Radija Mary**
131 **Costa de Melo** retomando a pactuação quanto mais puderem estruturar será
132 melhor, terá algumas ações que terá que seremos dificuldades a curto e médio
133 prazos, na medida em que vai sendo conseguido estruturar, vai melhorando o
134 aspecto de pactuação. Fica preocupada sendo uma experiência que o Estado nunca
135 teve em pactuação inter estadual hoje faremos uma pactuação e transferir um
136 recurso para um outro Estado, se não tivermos mecanismos de controles, quando
137 muda-se o Prefeito ou Secretario do outro Estado temos que ter a garantia de que
138 será mantido. (**Alquem fala**) será mantido porque o Estado teria que abrir para o
139 município o quantitativo. A membro **Maria Adriana Moreira** sendo pactuado na
140 Comissão Intergestores. O membro Radija Mary Costa de Melo tem que ter nossos
141 mecanismos porque se não controlarmos entrando automaticamente para eles e se
142 caso o município não mandar? Melhorou a Saúde e não mandou. A membro **Maria**
143 **Adriana Moreira** precisa ter em determinados momentos avaliação. Os membros
144 **Radija Mary Costa de Melo** a pactuação devem ser discutidos. Importante um
145 estudo prévio. Um grupo definido para fazer um estudo juntamente com os
146 municípios que tem interesse para que façam levantamentos sobre a pactuação e
147 mecanismos. A membro **Maria Adriana Moreira** quanto a constituição da CIR,
148 primeiro que não precisa ser paritária formada por todos os gestores municipais dos



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

149 que compõem a Região e representante do Estado. E quando for área de fronteira
150 representante do Ministério da Saúde. Em relação à Comissão Intergestores
151 Tripartite, Bipartite e aqui é a CIR. Implementação da CIR no Amazonas. As
152 pactuações com as Secretarias Municipais de Saúde dos Municípios sérios da CIR
153 no caso aqui é Lábrea, apoio físico e administrativo ficando com a Secretaria
154 Executiva. Equipamento de informática que será transferido para o município sede
155 da CIR para o uso da Secretaria Executiva e pactuação das responsabilidades de
156 custeio. CIR Regional X Comissão Intergestores Tripartite que no caso é estadual.
157 Deve demandar para a CIB Estadual quando ultrapassem as áreas de abrangência
158 regional as questões que não forem consensuadas aqui na regional questão que
159 precisam do parecer da CIB estadual questões demandadas pela CIB precisam
160 retornar todas as homologações da CIR Regional tem que esta para a CIB estadual.
161 O nosso Estado foi um dos últimos com as Regionais. Parabeniza aos municípios e
162 a CIB por se articular com os municípios e esta fazendo esta instalação e ao
163 DEPLAN. Já coloquei aos municípios que o departamento oriente em relação aos
164 instrumentos de planejamento. Apresenta a Patrícia sendo a coordenadora/gerente
165 da regional, coordenação indicada pelo Estado e a vice coordenação por indicação
166 dos membros. É importante que o vice tenha uma comunicação boa com a
167 coordenação Estadual e coma CIB devido esta sempre assinando as
168 documentações sendo uma pessoa que deverá esta sempre conversando. Sugere
169 que, as reuniões acontecem em cada mês em um município diferente para privilegiar
170 o município e que possamos conhecer a particularidades. Os membros **Radija Mary**
171 **Costa de Melo** futuramente havendo a estruturação para que se tenha vídeo
172 conferência devido nem sempre estaremos presente devido os municípios serem
173 muitas vezes afastados um do outro, devidos ter um polo mínimo para a reunião
174 aconteça. Estando previsto na minuta se o Secretário não esta fisicamente e se
175 conseguir a comunicação através de vídeo poderá votar, não podemos dizer que
176 hoje já teremos que no futuro poderá acontecer. A membro **Maria Adriana Moreira**
177 pessoa que tenha o conhecimento da realidade que tenha um bom dialogo. Os
178 membros **Radija Mary Costa de Melo** decisões sérias serão definidas. (**Alquem**
179 **fala**) faz uma colocação podendo ser a coordenadora da Atenção Básica





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

180 poderemos ter uma viagem da zona rural do município não durando menos que vinte
181 e cinco dias e muitas vezes o Secretario para que aconteça. Não é que não queira,
182 porém, muitas vezes ficamos impossibilitados, porem quando der estaremos aqui. A
183 coordenadora Patrícia o Regimento Interno esta dividido em vários capítulos que
184 cada membro leia com bastante atenção para que possam comentar aquilo que for
185 de importância levando em consideração as dificuldades locais. As regiões de
186 Saúde do Purus comprometidas com o espaço geográfico território continuam ou
187 com sensibilidade entre si, identificadas pelos gestores municipais e estaduais, a
188 partir de identidades culturais, econômicas e sociais de rede de comunicação,
189 estrutura de transporte compartilhada no território dos Municípios, Lábrea.
190 Canutama, Pauini e Boca do Acre. Todos esses tem uma comunicação por barco,
191 estrada, etc. (**Alquem fala**) no verão tem muita dificuldade de acesso. (**Alquem fala**
192) dificuldade é com a família do paciente, como dizer a família que vai levar o
193 paciente para Lábrea se Manaus fica bem mais próximo? (**Alquem fala**) dificuldade
194 de acesso ate Boca do Acre, onde o barco não vai ate Pauini indo somente ate
195 Lábrea e volta tem dois barcos menores fazendo ate Pauini. (**Alquem fala**) Purus
196 pólo administrativo e Lábrea é mais Central. Hoje temos condições entre Lábrea e
197 Porto Velho descer no Aero Club e descer e entre os municípios podemos fazer
198 devido não ter uma fiscalização. A membro **Maria Adriana Moreira** sendo muito
199 mais fácil chegar a Porto Velho. Priorizem e levantem as informações e os dados de
200 todos os municípios para que nesse evento seja feito a PPI. (**Alquem fala**) será
201 importante para que compreendam as dificuldades encontradas. Inicio de uma nova
202 gestão e com certeza os amigos que estão iniciando estão com a vontade de fazer
203 com a nossa necessidade. O membro **Edenir Maia** pergunta se além de encurtar,
204 isso vai resolver o nosso problema. Irá diminuir e estaremos aqui fortalecidos.
205 (**Alquem fala**) uma das situações mais difíceis é a minha onde o próprio Governo já
206 frisou, marcar em Lábrea como acordado e colocar em prática para que comece a
207 dar certo. A Coordenadora da CIR/Purus, **Patrícia da Silva Magalhães**, continuou a
208 leitura do Regimento Interno que foi aprovado com apenas uma ressalva no item
209 XIV, do Artigo 3º, do Capítulo II, que dizia ser atribuição da CIR/PURUS “Criar,
210 coordenar e supervisionar Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho para subsidiar



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

211 as discussões da CIR”. A Secretária Executiva da CIB/AM, Sandra Melo Lima,
212 solicitou que no lugar de Câmara Técnica, criar um Grupo Técnico, pois nem na
213 CIB/AM (que é uma instância maior) existe Câmara Técnica, um grupo técnico ficaria
214 melhor. Os membros concordaram e ficou consensuado a retirada da Câmara
215 Técnica do regimento. A Secretária Executiva da CIB/AM, Sandra Melo Lima,
216 pergunta se existem indígenas nos municípios que compõem a regional. A membro
217 (não identificada) disse que no seu município existem bastante. A Secretária
218 Executiva da CIB/AM, Sandra Melo Lima, pergunta se eles têm algum representante.
219 A membro (não identificada) disse que têm o Sr. Edilson que é o representante do
220 DSEI. A Secretária Executiva da CIB/AM, Sandra Melo Lima, solicita o contato dele
221 para convidá-lo a participar das próximas reuniões. O membro (não identificado)
222 pergunta se não seria interessante que o representante seja um membro do
223 Conselho Local Indígena, pois o mesmo é formado exclusivamente por
224 representantes indígenas. A Secretária Executiva da CIB/AM, Sandra Melo Lima,
225 ressalta que a CIB/AM fez um documento pedindo para que os representantes dos
226 DSEI’s tivessem direitos de voz, voto, etc. iguais aos representantes dos municípios
227 e do estado perante à CIR e até agora esse documento ainda não passou na
228 Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e estão aguardando chegar a resposta. O
229 membro representante de Boca do Acre, Francisco Sales Pena, diz que até
230 concorda que os representantes indígenas participem das reuniões, mas não que
231 eles tenham os mesmos direitos de voto que os membros dos municípios. O
232 membro representante de Lábrea, Edenir Maia da Silva, diz que há um certo
233 problema em relação ao atendimento de indígenas nas UBS’s do município, ele tem
234 conversado bastante com a coordenadora da SESAI para acabar com esse
235 problema. O membro representante de Boca do Acre, Francisco Sales Pena, diz que
236 quando o indígena chega ao município, a responsabilidade é do SUS. Tem as
237 equipes multidisciplinares que vão para as aldeias, mas quando o indígena chega à
238 cidade, a responsabilidade é do SUS. A membro (não identificada) fala que os
239 aldeados são atendidos normalmente nas UBS’s do município e até tem uma
240 prioridade. O membro representante de Lábrea, Edenir Maia da Silva, fala sobre um
241 encontro que aconteceu no município de Canutama onde notou que os indígenas



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

242 estão bastante preparados. Em seguida, a Secretária Executiva da CIB/AM, Sandra
243 Melo Lima, pergunta se todos concordam com a proposta de Calendário de
244 reuniões. Os membros sugerem que as reuniões sejam bimestrais e que a próxima
245 reunião seja dia 13 de junho, quinta-feira, em Lábrea, e assim fica consensuado. Em
246 seguida foi feita a eleição do vice-coordenador da CIR/Purus, onde foi eleito, por
247 consenso, o membro representante de Lábrea, Edenir Maia da Silva. A
248 Coordenadora da CIR/Purus, **Patrícia da Silva Magalhães**, encerrou a reunião. A
249 presente ATA será arquivada para fins documentais, após ser submetida à
250 apreciação da CIR/PURUS/AM. Diamond Convention Center Eventos, Avenida do
251 Turismo, 1405, Manaus, 12 de abril de 2013.

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266